

A evolução da sociedade fogueense: Através de um estudo prosopográfico da elite da ilha (sec. XVI-XVIII)

IVA CABRAL

No seu admirável romance, “Ilhéu da Contenda”, Teixeira de Sousa, relata o pensamento de Chiquinho, um jovem mestiço fogueense que enquanto matuta sobre a sua posição social, como filho ilegítimo de um branco da terra, expõe-nos sucintamente os seus pensamentos sobre a história da sua família e da sua ilha:

“...De que lhe valia ser filho de branco se não usava o nome do pai? /.../ Preferia não receber coisa alguma do pai se em troca apenas lhe desse o seu apelido. Não queria nada mais de Nhô Eusébio. Francisco Medina da Veiga seria nome mais bonito do que só Francisco de Pina. Francisco de Pina. Nome de negro. Ao passo que os Medinas e os Veigas foram sempre gentes graúdas desde o povoamento da ilha. O primeiro Veiga foi capitão-mor do Fogo, e tão rico que os descendentes se mantiveram abastados até os que ainda viviam. Ouvia contar a Nha Caela que esse Afonso Sanches Veiga capitão-mor da ilha, foi o tronco da família do marido. Pois Nho Pedro Simplício da Veiga descendia de uma linha directa desse grande homem que se celebrizou pela sua riqueza e também pela sua crueldade. Os escravos não brincavam com ele. Quando pisavam o risco, mandava-os amarrar a calabaceira de Ilhéu de

Contenda e ele próprio os ia castigar com varas de marmeleiro entrançadas em três. Depois mandava botar sal e vinagre nos lanhos sangrentos. Era violento como tudo, esse Sanches da Veiga, tetravô de Pedro Simplício” (pp.61-62)

Mas, o grande romancista cabo-verdiano apresenta-nos, também, a visão de Eusébio da Veiga, membro distinto da elite branca da terra, sobre a sua posição social e sobre a herança histórica que pesava sobre seus ombros:

“la passar passar uns dias nesse recolhimento /.../ mergulhar no ambiente de seus maiores, compenetrar-se da missão que lhe competia como continuador, embora distante, de Afonso Sanches da Veiga. O lugar dele era ali mesmo no sobradão de Ilhéu de Contenda. Dir-se-ia uma predestinação a que não podia fugir. Do alto daquela janelas reboou tanta vez o vozeirão de seu trisavô, homem que quase foi o dono da ilha, e teve escravos às dezenas, animais às centenas, moedas de ouro aos alqueires. Assim pelo menos, rezava a história. Não era por vaidade. Os brancos formavam uma elite que não podia desaparecer. Não podiam desistir da sua posição e das responsabilidades sociais e morais para com o povo humilde.” (p. 72)

Eis, a descrição romanceada da concepção que, dois filhos do Fogo - um branco da terra e um mestiço, filho ilegítimo do primeiro - tinham da estrutura social e da história de sua ilha. Estas duas personagens representam as duas camadas sociais, que juntamente com as dos escravos e dos forros constituíram, não só a estrutura social fogueense, mas também a da ilha de Santiago durante mais ou menos 3 séculos (1466 - 1869, data em que é decretada a “abolição do estado de escravidão em todos os territórios da monarquia portuguesa”).

Nesta palestra irei, através de uma recolha municiada de dados bibliográficos e da análise dos mesmos, fazer um exercício prosopográfico, reconstruindo biografias dos homens que detinham o poder económico, social

e político do Fogo, para com isso detectar as características da elite da ilha, através dos tempos¹.

A História do arquipélago de Cabo Verde é o somatório da história de todas as suas ilhas. Apesar de umas ilhas terem cinco séculos de percurso histórico, outras menos, nenhuma delas poderá ser estudada isoladamente, já que a história da *montagem*² da sociedade cabo-verdiana se fez na interdependência de cada um dos seus territórios isolados pelo mar.

O povoamento das ilhas, como já é de conhecimento geral, começou pela maior de entre elas - a de Santiago. Foi nela que, nos finais do século XIV e início do seguinte, portugueses e castelhanos, - em busca de um lugar seguro para comerciar com a costa africana e incitados pelos privilégios doados a seus moradores - aí se instalaram. Assim, os primeiros reinos que se aventuraram a fazer do arquipélago de Cabo Verde uma base de lançamento para o comércio com o continente fronteiro, tornaram-se vizinhos de Santiago, porque esse estatuto lhes ofertava benefícios, incontornáveis no **“desbravamento” dos territórios africanos recém descobertos e no “aproveitamento”** lucrativo do trato com as suas populações do continente fronteiro.

A tentativa de uma colonização do interior da ilha de Santiago através da distribuição de terras em sesmarias aos colonos europeus (*colónia de povoamento* como a Madeira e Açores), não foi bem sucedida, já que a distancia, o clima e o solo não eram, a isso, propícios. Foram as regras impostas pelo rei (em 1472), de apenas se poder comerciar com a costa da Guiné com produtos “nados e criados” na ilha, que impuseram aos primeiros moradores de Santiago a importação massiva de mão-de-obra escrava para o povoamento e cultivo do *hinterland*.

1 BONIN, Hubert (1985). “La biographie peut-elle jouer un rôle en histoire économique contemporaine” in : *Problèmes et méthodes de la biographie*. Actes du colloque. Sorbonne 3-4 mai 1985, Paris, Publ. Da Sorbonne/Histoire au Présent.

2NOVAIS, Fernando A. (1975). *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*, ed. Brasiliense, São Paulo, Edição portuguesa: Lisboa, Ed. Livros Horizontes.

A obrigatoriedade de produção interna de mercadorias para a exportação e o consequente povoamento de Santiago com gentes trazidas a força da costa africana, marcaram assim desde o início a sociedade santiaguense transformando-a na primeira colónia *de exploração*³ e na primeira sociedade escravocrata da época moderna.

São os armadores - representantes primeiros da elite de Santiago - que, fugindo à pressão e controle dos representantes do poder central e dos capitães-mores dos donatários, povoam a ilha do Fogo com escravos importados, por eles, dos Rios de Guiné. Com essa mão-de-obra cultivam, na ilha vizinha, algodão e mais tarde produzem panos para, com esses produtos essenciais no comércio com a costa fronteira, adquirirem (ilegalmente) novos escravos para a exportação lucrativa em direcção ao Novo Mundo. Podemos assim dizer que os armadores santiaguenses foram os primeiros grandes proprietários do Fogo e os escravos por eles comprados e transportados, os seus primeiros povoadores.

Essa ligação umbilical com Santiago marcou desde a sua origem a sociedade fogueense. Isto porque a sua transformação em *hinterland* da elite santiaguense teve como efeito não só a transposição nela das classes principais de Santiago (o escravo e o proprietário de escravos e de terras) mas também de uma sociedade escravocrata na qual o meio de produção principal, senão único, era o trabalho escravo e a divisão social era marcadamente rática: homem branco/europeu/rico – homem preto/africano/escravo/pobre.

Mas, se a estrutura social de base advém de sua filiação, o Fogo não herdou da Ilha mãe certas características fundamentais que moldaram a sociedade santiaguense nos primeiros séculos de sua história: uma elite armadora, mercantil, virada para a acumulação através do comércio intercontinental; uma vida urbana cosmopolita, proporcionada pelo porto da Ribeira Grande; uma mobilidade social possibilitada pelo “branqueamento” que a aquisição de riqueza, através do comércio de longa distância, trazia (“já branco já”); o aparecimento de uma camada majoritária de forros que, apesar de ser

³ Tem uma economia toda voltada para o mercado externo, e a produção se organiza na grande propriedade escravagista (como no Brasil).

explorada e descriminada pela elite local, torna-se na sua principal e fundamental aliada na luta que essa mesma elite levava contra o poder central na ilha; etc....

Podemos dizer que o povoamento da ilha do Fogo, foi assim, profundamente marcado pela impossibilidade de seus moradores/vizinhos poderem agir no comércio com a Costa da Guiné em igualdade com os moradores de Santiago.

Podemos assim dizer que os primeiros grandes proprietários rurais do Fogo (finais do século XV- início do XVI) foram os maiores armadores/vizinhos de Santiago, agentes activos no trato de mercadorias africanas, com grande poder económico que, usaram seus navios e escravos para povoarem a ilha vizinha e a tornarem em grande produtora do mais cobiçado produto de troca no comércio com a costa da Guiné, o algodão.

Por outro lado tornaram-se vizinhos⁴ da ilha do Fogo, nos anos em que os moradores de Santiago controlavam o comércio com a costa africana, apenas os feitores dos armadores santiaguenses, reinois sem meios para armarem ou representantes do poder central e mais tarde do Donatário. Esses europeus instalaram-se na ilha e se dedicaram a produção de mercadorias (algodão, panos, etc..) de interesse para o trato africano.

A sociedade fogueense foi assim, desde a sua implantação, uma sociedade virada para o interior, para a agricultura. A vila de São Filipe, sede da Câmara, da capitania mor, da igreja, do funcionalismo régio, nasceu como uma vila rural e assim continuou a ser, já que a sua elite, não tendo o privilégio de armar que possuía a de Santiago, detinha apenas como sustentáculo de seu poder a propriedade da terra e a riqueza amealhada, advinda da venda dos produtos agrícolas.

Apesar da documentação sobre a Ilha do Fogo, nessa época, ser escassa é possível através de uma análise minuciosa descrever os primeiros proprietários rurais (moradores ou não) da ilha do Vulcão.

4 Vizinho/morador nessa época eram apenas os europeus que habitavam e possuíam bens, ou eram casados na ilha. Vizinhos eram também os oficiais régios que serviam na ilha.

Quadro 1 – os principais proprietários rurais da Ilha do Fogo nas duas primeiras décadas do século XVI

Nome	Categoria Social e família	Cargos na administração régia e local e acção no comércio com a Costa da Guiné	Propriedades rurais
Rodrigo Vilharam	Castelhano Morador da ilha de Santiago Casado com Joana Constança, irmã de Alonço Ramires, “morador nos Regnos de Castella Falecido em 1508 (1508)		Proprietário de bens móveis e de raiz na ilha de Santiago e na do Fogo Em 1502, no seu testamento deixa de esmola à igreja da vila de São Filipe 300 quintais de algodão. O que demonstra que já existia nesse ano um núcleo habitacional na ilha, com igreja e que ela já produzia grande quantidade de algodão Instituidor de uma capela na Igreja de Santo Espírito em Santiago (1502)
João da Nole	Morador de Santiago Cavaleiro da Ordem de Santiago Parente de António da Nole e de Rafael da Nole	Assina a carta dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande (1512) Armador (1528)	Um dos mais ricos e poderosos proprietários rurais da ilha de Santiago Proprietário rural do Fogo – uma ribeira na freguesia de Nossa Senhora da Conceição tem o seu nome
Martim Miguel	Morador de Santiago Volta para o Reino (1516)	Armador	Povoador da ilha do Fogo Grande proprietário rural do Fogo Em 1516 vendeu sua fazenda a Pêro Saco

Martim Mendes	Morador de Santiago Bacharel	Armador e capitão de navios (1514) /Mercador de escravos Nomeado almoxarife do Fogo –recusa por se encontrar doente (1527)	Povoador da ilha do Fogo Grande proprietário rural na ilha do Fogo - Possuía uma fazenda no Pico
Pêro Saco	Escudeiro da Casa Real Morador da ilha do Fogo	Ouvidor pelo capitão do Fogo (1516 - 1522) Armador – apesar de não ser morador de Santiago	Proprietário rural na ilha do Fogo - Comprou uma fazenda a Martins Miguel, mas ela foi confiscada pelo rei, já que como ouvidor não a podia ter comprado (1516)
Fernão Gomes	Nasceu em 1467 Fidalgo Morador do Fogo Faleceu em 1528	Feitor no Fogo do rendeiro de Santiago e Fogo (1513-1516) Capitão do Fogo (1516-1528)	Proprietário rural no Fogo - Como capitão possuía as terras maninhas e montadas da ilha do Fogo, para a criação de gados e algodões
João de Lila	Fidalgo Morador de Lisboa	Arrendatário do trato da Serra Leoa (Junho 1510-1513) – Tem feitores e propriedades em Cabo Verde (1514) Armador	Proprietário na ilha do Fogo – “...parte deste resgate e a mor, se há-de fazer com algodões, requereres lá nessa ilha e na do Fogo, a quaisquer nossos oficiais e pessoas que nos neles forem obrigados, como João de Lila, que vos los entreguem /.../ e levareis em recado de João de Lila para seus feitores vos entregarem lá os ditos algodões (1520)
António de Espíndola	Morador do Fogo	Almoxarife da ilha do Fogo (1513-1522)	Proprietário rural

Álvaro Dias	Escudeiro da Casa Real Morador de Santiago Falecido (1539)	Almoxarife da vila da Ribeira Grande (1513-1524) Armador (1515, 1516)	Proprietário rural em Santiago Proprietário rural na ilha do Fogo – “/.../ no ano de 1513 trouxe para Santiago quintais de algodão seus da ilha do Fogo /.../”
Rui Pereira	Fidalgo da Casa do Rei Morador de Santiago	Armador (1513-1515)	Um dos maiores proprietários de Santiago no início do século XVI Povoador do Fogo. Proprietário rural no Fogo – foi com o algodão aí produzido que pagou a fazenda real, em 1527, certas dividas que tinha.
Homem, Diogo Rodrigues	Cavaleiro Fidalgo da Casa da Rainha Dona Leonor Morador de Santiago	Escrivão da Correição das ilhas de Cabo Verde (1514, 1520, 1527) Escrivão do almoxarifado da Ribeira Grande (1516, 1528) Chanceler e recebedor da corregedoria das Ilhas (1528)	Proprietário rural em Santiago Proprietário rural da ilha do Fogo – Vendeu 100 quintais de algodão por 30 mil reais “/.../ pagos na ilha do Fogo ao preço do comercio na vila de São Filipe da dita ilha.” (1527)
Simão Neto	Fidalgo da Casa do Rei Morador de Santiago	Armador	Proprietário rural de Santiago Proprietário rural da ilha do Fogo – em 1528 paga a fazenda real de direitos de uma armação 343 arrobas de algodão limpos vindas da ilha Fogo
Fernão Soares	Morador do Fogo Notável do Fogo	Vereador da Câmara de S. Filipe (1526, 1527) Almoxarife da ilha do Fogo (1527)	Grande proprietário rural do Fogo

João Fernandes (O Rico)	Morador do Fogo Faleceu no Fogo (1541)		Proprietário rural na ilha do Fogo - Instituiu a capela do Pombal
Diogo Nunes	Morador do Fogo	Juiz da Câmara de S. Filipe (1527)	Proprietário rural do Fogo
Jorge Saco	Escudeiro Pessoa da governança do Fogo Falecido (1572)	Juiz da Câmara de S. Filipe (1558)	Proprietário - “Homem abastado e de honesta fazenda”
Manuel Dias	“Do Pico” Morador do Fogo Casado tem 7 filhos Sobrinho de Bartolomeu Afonso		Rico e abastado Proprietário rural do Fogo – vive na sua fazenda (1560)
António de Lila Travasso	Escudeiro Fidalgo da Casa Real Morador no Fogo Mulher: Maria Spínola Filhos: Isabel e Pedro Travasso Faleceu em Santiago (1575)		Proprietário rural do Fogo (1568) - Institui a capela da Casa Velha e as capelas de Fragozo Cansela, Ponta Verde, Pentiada Lagela e Pico Pires (Junto da igreja de S. Lourenço)

Analisando a tabela nº 1 podemos confirmar que dos 15 terratenentes da ilha aqui apresentados 8 eram moradores de Santiago e 1 morador do Reino (João de Lila) e apenas 6 eram moradores de Fogo⁵.

Fernão Gomes é o primeiro morador da ilha do Vulcão que aparece na documentação. Ele foi, inicialmente, feitor no Fogo dos rendeiros das ilhas (1513-1516), depois ocupou o cargo de capitão-mor da ilha. No ano de 1527, aos 60 anos este patriarca da sociedade fogueense, cansado e doente, é convidado pelo corregedor a ocupar o cargo de almoxarife do Fogo, cargo que ele recusa.

O segundo é António de Espínola, almoxarife da fazenda real durante 10 anos (1513-1522), que foi o fundador de uma das famílias mais poderosas do arquipélago (Spínolas).

O terceiro é o Escudeiro da Casa real e ouvidor da ilha, Pêro Saco que, apesar de não ser morador de Santiago, recebe do Rei (no ano de 1516) a mercê de poder comerciar na costa da Guiné com a produção de suas propriedades na ilha do Fogo.

Em 1527, Fernão Soares, João Fernandes (o Rico) e Diogo Nunes já são membros da elite local fogueense, camada que nessa época parece já estar formada e com uma certa autonomia da elite de Santiago. São eles, agora os proprietários rurais, controlam a Câmara e servem ofícios régios.

Este facto é confirmado na segunda metade do século XVI quando encontramos como grandes proprietários rurais da ilha do Fogo o escudeiro Jorge Saco (1558), Manuel Dias do Pico (1560 e o Escudeiro Fidalgo da Casa Real, António de Lila Travasso (1768).

Analisando os dados acima expostos podemos dizer o seguinte:

- As terras da ilha do Fogo foram arroteadas por escravos trazidos pelos armadores de Santiago que assim se tornaram nos seus primeiros grandes proprietários rurais.
- Com o cada vez maior controlo por parte da coroa do comercio com a costa da Guiné (Em 1520 é nomeado o primeiro feitor do rei na ilha de Santiago) os armadores santiaguenses vêm se impossibilitados de

⁵ Durante a nossa pesquisa encontramos por volta de 100 moradores ou proprietários rurais da ilha do Fogo.

utilizarem o algodão do Fogo nas suas armações, já que não sendo produto nado e criado na ilha era ilegal armar com ele.

- Em 1530 o rei apercebendo-se da importância do algodão do Fogo no comércio de escravos torna-o defeso, quer dizer transforma sua exportação em monopólio régio. Para controlar a validação dessa decisão no terreno nomeia o primeiro feitor dos algodões do Fogo.
- Com o abandono dos vizinhos de Santiago de suas propriedades do Fogo, através da venda ou da permuta, a terra da ilha do Volcão torna-se património de seus moradores, possibilitando assim o desenvolvimento de uma elite verdadeiramente foguenses.

A autonomia da elite da ilha do Fogo, relativamente a ilha mãe que foi Santiago, acentua-se no início do XVII, quando a esta última, devido a nova conjuntura no Atlântico (principalmente a concorrência dos franceses, ingleses e holandeses com o fim do monopólio ibérico no Atlântico), deixa de ser o entreposto principal das mercadorias vindas da costa da Guiné.

A elite santiaguense perde, assim, o protagonismo que deteve durante quase um século no trato com o continente fronteiro, é forçada a virar-se para o interior de sua ilha, deixa de ser comerciante de mercadorias africanas e torna-se intermediária dos mercadores europeus e abastecedora de “frescos” aos barcos que atracam no porto da Praia.

Afastados do comércio lucrativo com a costa, os moradores de Santiago, também, se afastam da ilha vizinha. Inicia-se assim uma época de isolamento. As ligações económicas e sociais que existiram, desde o povoamento do Fogo, desaparecem com o fim da elite armadora de Santiago. A nova elite santiaguense, composta principalmente pelos “filhos da terra” já não tem s capital para expandir seu património para fora de sua ilha, nem forças para concorrer com os estrangeiros e reinos no comércio com a costa da Guiné.

A elite que surge em Santiago, com esta nova conjuntura, é apelidada na documentação de “brancos da terra”. Ela já não controla o comércio nos rios de Guiné e por isso não tem interesse, nem possui os meios de controlar a produção agrícola no Fogo.

A autonomia da elite da ilha do Vulcão torna-se patente quando apoia António Prior do Crato e a de Santiago, vislumbrando a possibilidade de voltar a ter um papel no trato com a Costa da Guiné e a ocasião de alargar sua acção ao Novo Mundo, apoia o rei castelhano, Filipe.

A escolha feita pelos moradores do Fogo, nesse momento particular da história portuguesa, demonstra suas raízes conservadoras, agrícolas, ao contrário das raízes dos moradores de Santiago que tiveram como base o comércio inter-atlântico, uma cidade porto cosmopolita e por isso mesmo uma maior mobilidade social.

Quando, em 1583, o rei Filipe I perdoa a população da Iha do Fogo, não deixa, no entanto de decapitar a sua elite, já que castiga severamente os cabecilhas desse levantamento.⁶

O isolamento da ilha do Fogo transforma sua elite, mas não tão radicalmente como a de Santiago, já que a elite fogueense nasceu numa sociedade rural, cujo sustentáculo económico era (apesar de virada para a exportação) a produção agrícola, e consequentemente muito mais conservadora e adversa a mudanças sociais, intuída de um espírito patriarcal, aristocrático e por isso antagónica a misturas sociais que no Fogo do século XVI ao XIX se confunde

Antes de continuarmos a analisar as características da elite fogueense do século XVII examinaremos o número dos membros das diferentes camadas sócias em cada ilha do arquipélago, tendo em conta que numa sociedade onde predomina o trabalho escravo a divisão social coincide quase sempre com a divisão rácica.

Esta é sem dúvida nenhuma a opinião do Bispo de Cabo Verde que, em 1731, manda fazer um recenseamento da população das ilhas e divide os cabo-verdianos em 4 categorias – brancos, mestiços, forros e escravos – categorias essas que são ao mesmo tempo sociais e raciais. Já que os escravos e os forros, mesmo sendo mestiços são geralmente, considerados negros, enquanto que a camada mestiça, a

⁶ 15 de Novembro de 1583, Brásio, António (1964). *Monumenta Missionária Africana*, 2ª. série, vol. III, Doc. 45, Agência Geral do Ultramar, Lisboa.

meu ver, representa aqui a população livre. Só assim é que se pode compreender a diferença clara que o Bispo faz entre essas 3 camadas sociais.

Já os “brancos”, apesar de as vezes serem mestiços, representam aqui, sem duvida nenhuma, a elite do arquipélago. Por isso, podemos dizer que a divisão da população, neste recenseamento, é subjectiva, porque a divisão por raças (branco e mestiço) não é verídica já que representa na verdade uma divisão exclusivamente social: elite e homens livres.

Mas este documento possibilita-nos ter uma ideia da estrutura social do arquipélago na primeira metade do século XVIII e fazer uma comparação das percentagens das camadas sócio/raciais em cada ilha e entre as ilhas.

O recenseamento informa-nos que total da população de Cabo Verde era de 30.229 indivíduos (homens, mulheres e crianças), divididos da seguinte forma: Brancos/elite - 3%, Mestiços/homens livres 29%, Forros/ex-escravos/negros - 51%, Escravos/negros – 17%

Não temos tempo para analisarmos os números de cada ilha mas, podemos debruçarmo-nos na percentagem por ilhas de cada camada e fazer uma comparação.

Assim através deste recenseamento podemos afirmar que era na ilha do Fogo que a percentagem de brancos era maior (6%). Nas ilhas da Brava e de São Nicolau os brancos representavam 4% da população, na ilha de Santiago 2%, na do Maio 1%, na ilha de Santo Antão 0,2%; e na Boa Vista, segundo este documento, não havia gente branca.

A alta percentagem de brancos no Fogo, em comparação com as outras ilhas, principalmente com a de Santiago, não impede que a percentagem de gente mestiça nessa ilha fosse de 58%, ou seja apenas menor do que na Brava (63%) e em São Nicolau (68%).

Em S. Antão a percentagem de mestiços era de 41%; no Maio 34%, na Boa Vista 24% e em Santiago apenas 14% foram considerados mestiços pelos vigários das paróquias, já que o recenseamento foi feito por eles.

É também interessante notar a diferença entre a percentagem de forros e de cativos na ilha do Fogo em comparação com as outras ilhas. A ilha do vulcão tinha 11% de forros e 25% de cativos, quer dizer que 35% de sua população era negra. Mas estes números também nos mostram que era o Fogo que detinha a mais alta percentagem de escravos.

Já que na ilha de São Nicolau na da Brava a população negra era também minoritária – na primeira ela representava apenas 28% (forros 17%, cativos 11) e na segunda 33% (forros 27%, escravos 6%).

Ao contrário em Santiago, nessa época, os forros representavam a maioria da população (66%), e os escravos apenas 18%. O que demonstra que estava em curso a “**descravização**” da sociedade santiaguense e, que a maioria esmagadora dos moradores da ilha eram negros (84%).

A mesma situação pode verificar-se na Boa Vista onde 60 % da população era forra e 16% cativa (76% de negros); no Maio onde os forros eram 57% e os escravos 8% (65% negros) e em S. Antão onde 44% da população era forra e 15% escrava (59% de negros)

O exercício que acabamos de fazer permite-nos afirmar que apesar da maioria da população do Fogo ser mestiça, a elite era branca, escravocrata e detinha um papel preponderante na sociedade. Podemos também atestar que ao contrário de Santiago a sociedade fonguense ainda pode ser considerada escravocrata, já que um quarto da sua população é escrava.

Para melhor visualizarmos a elite foguense do século XVIII analisemos mais uma tabela

Quadro 2 – os principais proprietários rurais da Ilha do Fogo na primeira metade do século XVIII

Nome	Categoria Social e laços familiares	Cargos na administração régia, na câmara e nas ordenanças	Propriedades
Gonçalves, Jerónimo	Filho de Pedro Lopes de Fontes Irmão de Angela Baraza e de Bernardo Lopes		Proprietário rural – Herda a metade da fazenda do Serrado da banda do Sul e juntamente com seu irmão a fazenda da Ponta Verde. Administrador das capelas instituídas por Francisco Carasco (1727) – fazenda do Fragozo
Vieira, Francisco	Principal da ilha do Fogo Casado com Maria Vieira, filha de Miguel Correia / Irmão de Tomas Fernandes Vieira / Primo de Leão de Barros de Andrade	Capitão de ordenanças (1716) Faz parte da companhia da nobreza (1745) - Cabeça do levantamento Almoxarife da ilha do Fogo (1748)	Proprietário rural – Possui casas e moradas no sítio de Santo António. Sua mulher herda a metade da fazenda de Campanas
Vieira, Francisco Amaro	Sobrinho de Maria Vieira e de Francisco Vieira	Alferes (1716)	Proprietário rural – Sua nomeia-o como herdeiro da metade da fazenda de Campanas

Silva, Filipe Correia da	<p>Nasceu em 1698 Homem nobre e da governança da ilha do Fogo</p> <p>Sua mulher Teresa Maria de Jesus, é parente de Leão de Barros de Andrade e tia de Manuel do Canto Teixeira</p> <p>Irmão de António Barbosa Aranha, Simão da Costa Fidalgo</p> <p>Cunhado do padre Pedro Fernandes Dornelha, de Catarina da Cruz, de André do Canto Teixeira / Primo de Estêvão Pereira de Matos, João Gomes Tavares e de Luís Rodrigues Jurge (“as mães são irmãs legítimas”)</p> <p>Sobrinho da mulher de Luís Rodrigues Jurge / Tio de Fernando Gonçalves Dornelha</p>	<p>Escrivão dos novos direitos do Fogo (1720)</p> <p>Almoxarife do Fogo (1726-1732)</p> <p>Oficial da Câmara (1743)</p> <p>Capitão de ordenanças (1744, 1745, 1749)</p> <p>Cabeça do levantamento (1748) - O capitão-mor do Fogo, Albuquerque, diz que ele era “...um dos cabeças dos levantamentos desta terra desde o tempo do meu antecessor (Pinhero) e primeiro motor do levante da companhia da guarda (em 1745)</p> <p>Faz parte da companhia da nobreza (1748)</p> <p>Cabeça do levantamento (1748)</p> <p>Juiz ordinário (1748)</p> <p>.</p>	<p>Proprietário rural – Herda de sua mulher a fazenda de Ponta Verde</p>
Leão, Duarte Gomes de	<p>Irmão de Pedro Fernandes Alfange</p>	<p>Serviu o rei nas ordenanças do Fogo desde 1725 como soldado, cabo e ajudante</p> <p>Capitão de infantaria (1733-1744)</p> <p>Almoxarife do Fogo (1736-1739) Capitão de cavalaria de S. Filipe (1744, 1746)</p>	<p>Proprietário rural – Herdou de seus pais as fazendas da Garça e Cambada</p>

Fidalgo, Simão da Costa	Principal da ilha / Homem nobre e da governança da ilha do Fogo Irmão de Filipe Correia da Silva, de António Barbosa Aranha e de José Monteiro Rabelo Primo de Sebastião Rodrigues dos Mosteiros	Escrivão dos contos e almoxarifado da vila do Fogo (1733, 1745) Levantado (1746) – Principal cabeça de todos os levantes que houve no Fogo juntamente com seus irmãos e parentes Juiz ordinário da Câmara (1764)	
Fontes, Manuel Lopes de	Homem da governança do Fogo Falecido na ilha do Fogo	Ajudante nas ordenanças (1735, 1748) Escrivão da Câmara do público, judicial e notas e tabelião (1741-1748) Largou o ofício para ir para a Guiné	Proprietário rural – Herda a fazenda de S. Jorge e Patim que foi de Rodrigo Baraza

Rosado, Inácio Mendes	Doutor Irmão de João Mendes Rosado e de José Cláudio Mendes Rosado	<p>Padre / Pregador da matriz do Fogo (1738) Levantado (1745, 1748) - Induziu a um levantamento no tempo de Aleixo Pinheiro - Os moradores do Fogo não querem reconhecer que "...são súbditos dos Capitães Mores desta Ilha /.../"</p> <p>Era "parcial amigo" do ouvidor (1746) – O capitão mor diz que "...e não só aqui procura o dito Padre que hajam desordens comigo trazendo sempre desinquietos os moradores desta ilha, e metendo lhes em cabeça coisas nunca vistas /.../"</p> <p>Vigário forâneo (1762, 1771) É acusado de aprazar com um escravo negro, feiticeiro, chamado Pedro Mandinga, a morte do ouvidor Souto e Matos (1760) que visitou a ilha do Fogo e nela faleceu. Divulga as condições secretas que o rei concedeu a Companhia do Grão Para e Maranhão em Cabo Verde (1760)</p>	
Raposo, Basílio Gomes	Bisavô de Pedro Fernandes Alfange Tio de Francisco Machado	Capitão de ordenanças (1748)	Proprietário rural – Instituidor da capela da fazenda do Serro Grande

Aranha, António Barbosa	Principal da ilha Homem da governança Casado com D. Isabel Correia Tavares / Irmão de Filipe Correia da Silva e de Simão da Costa Fidalgo / Cunhado de Manuel do Canto Teixeira / Parente da mulher de Filipe Correia da Silva	Juiz da Câmara de S. Filipe (1744, 1746) Capitão de ordenanças -serve na companhia da nobreza (1744, 1745, 1749) Levantado (1744, 1746) – “...cabeça e sócio com seu irmão e com o Padre Rosado em todos os levantes e desordens desta terra...” Vereador da Câmara de S. Filipe (1749)	Proprietário rural – Administrador das capelas do Fragozo e Cancela instituídas por Cecília Fernandes, enquanto que sua mulher administrava as capelas de Pico Pires e Lagela
Dornelha, Pedro Tavares Fernandes	Principal da ilha Homem da governança do Fogo Irmão de Catarina Cruz e de Teresa Maria de Jesus / Pai ou tio de Fernando Gonçalves Dornelha Cunhado de Felipe Correia da Silva / Primo de: João Gomes Tavares e de Estêvão Pereira de Matos	Padre / Clérigo / Beneficiário da igreja matriz da vila de S. Filipe (1769) Vigário forâneo (1773)	Proprietário rural – Proprietário da fazenda de Sumbango no sítio dos Mosteiros – que herdou de sua mãe e que deixa de herança ao capitão Manuel dos Santos Resende
Matos, Estêvão Pereira	Principal da ilha Homem da governança Fogo Cunhado de Felipe Correia da Silva / Primo de Francisco Correia da Silva, de João Tavares e de Pedro Fernandes Dornelha	Capitão de ordenanças (1744-1749) Levantado (1746) – é acusado de juntamente com o capitão Luís Roiz Jurge dar “conselho e calor aos levantados para se levantarem...” Juiz da Câmara do Fogo (1747)	Proprietário rural – Comprou a fazenda do Camorro e administrador das capelas do Fragozo e Cancela instituídas por Cecília Fernandes
Cruz, João Vieira da	Um dos homens mais ricos e poderosos da ilha do Fogo	Levantado (1745) – foi induzido pelo padre Inácio Mendes Rosado Capitão de ordenanças serve na da companhia da nobreza (1745, 1748, 1749)	

Andrade, Leão de Barros	Nasceu em 1708 Teve 2 filhos com uma escrava Primo de Francisco Vieira e de Tomas Fernandes Vieira Tio de Luís de Souto Amado	Juiz da Câmara (1748) Capitão de ordenanças (1745, 1748, 1749) Cabeça do levantamento (1745) – O capitão-mor do Fogo Albuquerque queixa-se dele como sendo uma das cabeças e “induzidor dos levantes”	
Rosado, José Cláudio Mendes	Reinol /Nasceu na cidade de Faro Casado com Isabel Caetano Ferreira, criada da Duquesa do Cadaval Irmão de João Mendes Rosado Irmão do padre Inácio Mendes Rosado	Serviu nas ordenanças Fogo de: soldado de cavalo e tenente de cavalaria (1745, 1746, 1747) Levantado (1746) Pede o posto de capitão e sargento-mor do Fogo (1749) – diz que esse posto não é muito cobiçado porque “é de pouca utilidade em terras pouco apetecidas por muito doentias que só fará conveniência ao suplicante por se achar nellas habitando”. O conselho ultramarino acha que ele não devia ser nomeado já que /.../ e basta que seja morador e casado na mesma terra para não ser a propósito para governar nela”	

Dos mais de que uma centena de membros da elite do Fogo no século XVIII encontrados na documentação escolhi quinze, segundo o seguinte critério: morarem na ilha na primeira metade do século XVIII, preencherem pelo menos duas, de preferência três, das colunas da tabela e serem de preferência declaradamente proprietário rurais.

Analisando esta tabela podemos dizer que esta elite é foguense, que vive da terra, ocupa altos cargos no poder local, tais como juízes e vereadores da Câmara e capitães das ordenanças. Cargos, esses, que nobilitavam quem os servia e que na época por nós estudada apenas podiam ser ocupados por filhos ou netos de quem já os tivesse servido e por isso pertencesse famílias da “nobreza da terra”.

Assim, Bartolomeu Vieira Vasconcelos, morador do Fogo e homem da governança da ilha descreve-se assim: sou “hum homem honrado dos principais desta ilha nobre por minha pessoa paes e avos e cazado com mulher muito nobre /.../”.

Eis uma descrição que cabe a todos os 15 homens da tabela acima, já que todos eles são de famílias nobres e de certa forma oligárquicas.

O que podemos notar, também, que é quase todos são parentes. O ouvidor, Inocêncio Alves da Silva, numa carta datada de 28 de Setembro de 1746 e dirigida ao governador diz que: “...a vila de S. Filipe consta de 30 casas quase todas térreas e algumas cobertas de palha, que existem uns pouco brancos que são todos de uma família e tudo o resto são uns pobre miseráveis “rotos, nus e descalços” e estes são os soldados nos quais o dito capitão mor manda como se de seus escravos se tratasse, bate-lhes e obriga-os a trabalhar nas suas searas...”⁷

Outro dado importante que se depreende da tabela apresentada é que a elite foguense se revoltou várias vezes contra os capitães e sargentos-mores da ilha. Isto porque além de tratarem mal a população da ilha como acima ficou explicito, não pertenciam a “pátria chica” que era o Fogo, já que para poder

⁷ AHU, *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 21, Doc. 17, 28 de Setembro de 1746.

melhor controlar a ilha o rei nomeia para esse cargo apenas reinois, sem nenhuma ligação de parentesco com a população.

Por isso quando José Cláudio Mendes Rosado pede o posto de capitão e sargento-mor do Fogo em 1749 com o fundamento que esse posto não é muito cobiçado por reinois porque “é de pouca utilidade em terras pouco apetecidas por muito doentias” e que ele só a ele se candidata só “por se achar nelas habitando”. Mas o conselho ultramarino nega-lhe a nomeação precisamente por ele viver na ilha e nela ter parentes, já que segundo esse órgão de poder “... basta que seja morador e casado na mesma terra para não ser a propósito para governar nela...”⁸

Assim podemos concluir que a elite da ilha do Vulcão no sec. XVIII, não se diferencia muita da que começa a nascer a partir dos anos vinte: é branca ou se julga como tal, de família patriarcal e da nobreza da terra, proprietária rural, escravocrata, domina o poder local e dele se utiliza para defender seus interesse contra os dos capitães e sargentos-mores.

Quero terminar como comecei, com palavras escritas por Teixeira de Sousa que descreve pela boca de um mestiço as razões do descalabro da elite Branca do Fogo:

Dr. Vicente: - “Vejo da seguinte forma. Havia aqui uma aristocracia agrária, descendente directa dos povoadores brancos. A ilha pertencia a meia dúzia de famílias brancas que tinham escravos para lavrar os seus latifúndios. Tais latifúndios foram se reduzindo através dos séculos com as heranças sucessivas. Cada geração de brancos surgida ao longo dos séculos era menos rica do que a anterior. Não havendo outras fontes de exploração se não apenas a agricultura, forçosamente que os brancos haviam de empobrecer e perder os privilégios de classe doutroira. Além disso com a abolição da escravatura e a emigração para a América do Norte, surgiu uma classe média fruto da libertação da mão-de-obra e do afluxo de divisas estrangeiras que permitiu a compra de bens imóveis de parte dos descendentes dos antigos escravos aos brancos em apuros

⁸ Idem

financeiros. E o fenómeno ainda perdura. Há sinais ainda evidentes de semelhante evolução económica e social.” (p. 282)

Dr. Rafael: “Há também que admitir certo grau de degenerescência entre os descendentes dos povoadores brancos. A cepa degradou. E degradou na vida fácil, no ócio, no jogo, nos casamentos consanguíneos e, é curioso, menos no álcool. É verdade, o alcoolismo entre os brancos nunca foi problema. Dessa degradação moral e física resultou em grande parte o descalabro das principais famílias da ilha.” (p. 282)

Dr. Vicente: “Senhor Doutor, todas essas deteriorações morais e físicas, como lhes chama, são epifenómenos dum processo basicamente económico. O carácter escravocrata e latifundiarista dessa sociedade, desde o seu início até o século passado, imprimiu a esta gente branca uma mentalidade racista que corresponde exactamente ao espírito de classe das sociedades uni-raciais mas de economia capitalista.” (p. 283)